

Regularidades discursivas no Enem

Rafaela Vilarinho Mesquita

SANTOS, André Vitor Fernandes dos. *Regularidades discursivas sobre mudança curricular e a produção de subjetividades no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Tendo em vista a incontestável relevância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para a educação brasileira, é igualmente importante discuti-lo como objeto da pesquisa educacional, buscando compreender o seu papel como política pública para a educação básica. O Enem faz parte de um conjunto de políticas destinadas à garantia da qualidade da educação, suscitando, assim como outros exames, estudos em diferentes campos teóricos, geralmente voltados para a perspectiva avaliativa. No entanto, o exame destacou-se sobremaneira no cenário nacional por alcançar importância que extrapola os limites prefixados para atuação de uma avaliação em larga escala, sendo ponto central nas disputas referentes aos significados do ensino médio.

Com o intuito de ampliar as discussões sobre a temática, a tese de André Vitor Fernandes dos Santos, intitulada *Regularidades discursivas sobre mudança curricular e a produção de subjetividades no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos em História do Currículo e apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), objetivou “identificar e compreender quais regularidades discursivas do Enem têm significado mudança curricular para o ensino médio e as condições que configuram a possibilidade de emergência de tais enunciados” (Santos, 2017, p. 10).

O pesquisador buscou, com base em uma abordagem discursiva para a História do Currículo, entender como a criação desse exame resultou na formulação de uma prática discursiva específica. Tal prática é constituída por enunciados que fundamentam e regulam seu papel como produtora de políticas de currículo e de

processos de regulação social, com efeito sobre as mudanças curriculares e as subjetividades envolvidas, abarcando como o Enem se configura como definidor de outras práticas discursivas e das subjetividades discentes e docentes do ensino médio. Para tanto, a pesquisa percorre dois caminhos complementares: a investigação dos documentos relativos ao Enem, concebidos como as superfícies em que essa prática se institui, e a compreensão da prática discursiva do Enem em dupla inscrição – de reforma e de mudança.

O autor aponta que as discussões e os conhecimentos sobre currículo e avaliação desenvolvidos no âmbito do referido grupo de estudos, e sua trajetória ligada à ocupação de diferentes posições de sujeito em relação ao Enem, indicaram o diálogo com Michel Foucault e outros teóricos do campo, além de uma abordagem do exame em dimensão produtiva. Santos se propõe a investigar o Enem tentando se distanciar o quanto possível de perspectivas canonizadas acerca da identidade do exame, para viabilizar os enunciados que, ao mesmo tempo que o estruturam e o compõem, regulam suas condições discursivas. Essas perspectivas teórico-metodológicas contribuíram para a análise do Enem com foco em dois períodos específicos – sua criação, em 1998, e sua reformulação, em 2009 –, percebendo-o não apenas como mecanismo de avaliação, mas como política cultural que tem contribuído para a ressignificação do ensino médio e do currículo dessa etapa escolar.

O trabalho doutoral analisa a função estratégica que o Enem passou a desempenhar no País com o potencial de orientar a reestruturação dos currículos do ensino médio, por meio da emergência dos enunciados e de um discurso constituído em torno do papel que a avaliação teria no sentido de averiguar o cumprimento dos currículos. Além disso, evidencia as regularidades discursivas a que o exame esteve submetido, destacando as inovações trazidas por ele e como ele produz uma forma particular de conceber o conhecimento. Dessa forma, trata-se de uma valiosa contribuição para os estudos relacionados não apenas ao exame e ao currículo, mas ao ensino médio e ao que realmente se espera dos jovens estudantes e do conhecimento escolar, tendo em vista as reflexões propostas acerca das relações entre avaliações e currículos e entre políticas públicas e educação.

O desenvolvimento da tese está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, *Amálgamas de luz e sombras do objeto: a construção de um olhar para a interface currículo e avaliação*, emprega-se uma metáfora que descreve a formação na memória de uma determinada imagem que vai sendo submetida, constantemente, à análise e à ressignificação. Santos parte da condição incessante de questionamentos e aprendizados acerca do que se percebe em quaisquer estudos dos campos teóricos que envolvem o Enem, inclusive considerando as diferentes perspectivas pelas quais o próprio pesquisador está condicionado a enxergar o exame, para esclarecer como se dá o diálogo com diferentes autores e para a consolidação de uma “abordagem discursiva” dos enunciados.

O autor desenvolve uma proposta inovadora para investigar o Enem com base no diálogo entre os campos da avaliação educacional e das políticas públicas em educação (tradicionalmente responsáveis por pensar e discutir o exame), bem como o campo do currículo, superando, dessa forma, as limitações tradicionais e

fundamentando a abordagem discursiva proposta que considera os sentidos de reforma e mudança do Enem e os processos de subjetivação, a fim de construir o campo empírico da investigação. O capítulo também discorre sobre alguns conceitos e categorias utilizados para a análise do conjunto de fontes disponíveis acerca do Enem, tendo em vista os contextos teóricos e práticos que constituem uma instância específica do saber.

A pesquisa aponta a posição de destaque assumida pelo Enem nas disputas sobre a significação do ensino médio, contribuindo para a constituição da identidade dessa etapa da educação básica. Nesse sentido, o autor salienta que as proposições apresentadas pelos documentos do Enem ao longo de sua história construíram uma prática discursiva que, ao mesmo tempo, implementou a mudança do exame e se constituiu como promotora de sua reforma e, por consequência, da reforma do ensino médio, que se deu no âmbito da avaliação e do currículo associado a outras políticas concebidas.

No Capítulo II, *Descendo aos porões, construindo arquivos: as enunciações da produção acadêmica sobre o Enem (1998-2013)*, o autor faz um levantamento bibliográfico aprofundado sobre o exame, traçando um panorama da produção acadêmica atual sob duas perspectivas. Na primeira delas, uma metarrevisão realizada a partir de outras revisões bibliográficas sobre a temática indica que as teorizações de Foucault acerca de discurso, poder e sujeito têm sido usadas no campo educacional, nas produções acadêmicas brasileiras, como regularidades discursivas fundamentais à compreensão da relação entre poder e conhecimento estabelecida em torno do currículo. Nesse sentido, a análise desses trabalhos possibilitou ao autor a problematização da naturalidade com que o Enem é visto, o questionamento a respeito da constituição de enunciados discursivos na educação, e a percepção de que as relações de poder estão presentes em diferentes dimensões sociais, apontando o que somos e como devemos ser.

Em seguida, o autor aborda o Enem como prática discursiva, visando contornar os aspectos que nos permitem naturalizar a existência do exame e investigar as supostas inovações que ele propõe ao currículo. Os estudos acadêmicos sobre o exame mapeados por Santos foram reunidos em três agrupamentos, conforme as seguintes abordagens: a) modelo de avaliação no que se refere aos construtos avaliados, como habilidades e competências, Teoria de Resposta ao Item (TRI) e psicometria; b) o Enem como parâmetro para a realização de pesquisas, e c) os impactos e as relações entre as avaliações e os currículos escolares. Segundo Santos, esses agrupamentos indicam regularidades discursivas que permitem que o Enem seja concebido como orientador de padrão de desempenho dos estudantes e fomentador de mudanças curriculares.

No terceiro capítulo, *Entre políticas e histórias: a trajetória do Exame Nacional do Ensino Médio*, o autor se concentra na história do Enem, investindo principalmente na construção de uma história no/do presente por meio de uma abordagem discursiva. Nessa seção, os enunciados que acompanharam a trajetória do exame são investigados por meio de documentos do Enem e do ensino médio para a compreensão de como essa política de avaliação ganhou projeção no cenário educacional brasileiro.

O impacto de tempo e narrativa são problematizados na significação do exame, possibilitando o entendimento de como essas duas dimensões se entrecruzam e produzem sentidos no estabelecimento de uma forma de saber específica para a avaliação do ensino médio.

As inovações implementadas pela reformulação do Enem em 2009, a partir das quais o conhecimento não seria mais organizado em torno de saberes escolares tradicionais, foram consideradas, revelando como elas impactam o pensamento curricular. A nova forma de conceber conhecimento implementada pelo Enem está relacionada à revisão dos processos avaliativos, que antes eram voltados para conteúdos e disciplinas e passam a demandar noções de competência e habilidades como orientadoras da matriz de referência do exame. Além disso, o autor ressalta a maneira como essas competências e habilidades se apresentam na estrutura dos itens de prova, objetivando que os estudantes demonstrem o domínio de determinado conhecimento na resolução de problemas associados a um contexto real e de forma interdisciplinar. A TRI é também indicada como tecnologia empregada para determinar se cada item avaliado atende ou não aos objetivos a que se destina. Esse conjunto de enunciados, que fundamentam a forma como concebemos o conhecimento, gera dados utilizados para análise educacional, inclusive dados relacionados a políticas públicas para a área, e orienta ainda a formação de estudantes e professores no e para o ensino médio.

O Capítulo IV reflete sobre como o conjunto de enunciados provenientes de formações discursivas, ligadas ou não às da avaliação educacional e do currículo, regulou a emergência do Enem. A seção *Os alquimistas estão chegando: descrição e silêncios na produção do novo Enem* discute como o exame se constituiu como prática discursiva que regula e é regulada por um sistema de raciocínio que nos leva a pensar seus pressupostos e seus efeitos. Desse modo, o capítulo apresenta um quadro de diferentes enunciados sobre educação, ensino, qualidade, expectativas e futuro que foram articulados na versão reformulada do Enem como sinalizações para o ensino médio. Discute-se também a configuração do conhecimento a ser avaliado pelo exame e o impacto projetado na formação das subjetividades discentes e docentes, orientando como eles se percebem na vida em sociedade.

Em suma, o autor desenvolve reflexões de cunho epistemológico e de natureza empírico/metodológica, atingindo os objetivos a que se propõe e visibilizando como o Enem tem produzido uma forma particular de conceber o conhecimento. Desse modo, o que mais chama a atenção é a perspectiva ontoepistemológica pela qual o autor analisa o exame, explorando a sua configuração como prática discursiva e assumindo que a história do Enem não se constrói dissociada da história do ensino médio e dos sujeitos que com ele se relacionam, o que também promove mudanças curriculares e efeitos sobre a subjetividade de estudantes e professores.

Assim, o Enem, como política de avaliação e de currículo, causa impactos, regulando o que é considerado conhecimento que deve ser ensinado e aprendido até a última etapa da educação básica; esse conhecimento, por sua vez, regula a constituição de docentes e discentes como sujeitos do ensino médio. Logo, fica evidente o modo como o Enem passou a ser encarado como uma política curricular

que produz uma forma particular de conhecimento, por meio do que Santos chama de práticas alquímicas, que não só indica o que estudantes e professores devem saber, mas também o que devem ser para passar pelo ensino médio.

Rafaela Vilarinho Mesquita, doutoranda e mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE/FE/UnB) e integra o Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju). É professora efetiva de Língua Portuguesa nos ensinos fundamental e médio na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

vilarinho.rafaela@gmail.com

Recebido em 30 de junho de 2021

Aprovado em 26 de outubro de 2021